

Bacha critica o acordo e teme pelo aumento da dívida pública

por Guilherme Barros
do Rio

O acordo negociado pelo Brasil com os bancos credores para pagamento plurianual da dívida externa de médio prazo é insustentável sob o ponto de vista das finanças públicas. Ao concluírem o acordo, os negociadores brasileiros não levaram em conta a interação da dívida externa com a interna.

A opinião é do ex-presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Edmar Bacha, que na sexta-feira participou de debate na PUC-RJ sobre a dívida externa. A seu ver, as autoridades econômicas brasileiras priorizaram no acordo o balanço de pagamentos e esqueceram das finanças do setor público, hoje o maior problema do País.

No ponto de vista de Bacha, o acerto externo do Brasil irá gerar um aumento das necessidades de financiamento interno do Banco Central (BC), através de expansão da base monetária ou via endividamento doméstico líquido junto ao mercado financeiro.

O ex-presidente do IBGE justifica essa sua interpretação com três razões básicas. A primeira é a de que como o volume de dinheiro novo obtido é insuficiente para as necessidades brasileiras — cobre apenas 30% do que está previsto de pagamento de juros para os próximos dois anos e meio —, a recomposição das reservas internacionais se fará através da manutenção dos mega-superávits. O fato de essa expansão do ativo não ter uma simultaneidade no passivo, fará com que o governo tenha de ex-

pandir a base ou emitir títulos para cobrir essa política de saldos comerciais gigantes.

A segunda razão apontada pelo economista refere-se à janela aberta no acordo para a conversão da dívida sem deságio dos recursos depositados no BC, o que constituirá mais um foco de pressão sobre a política monetária, além das conversões realizadas através de leilões. A terceira e última razão diz respeito ao montante — considerado bastante "generoso" por Bacha de reempréstimos (operações de "relending") por parte dos bancos credores ao setor privado dos depósitos do BC.

Diante dessas três fontes de pressão sobre as necessidades de financiamento do setor público, Bacha julga que essas condicionantes certamente terão refle-

xos sobre a inflação e sobre os juros internos. "Foi um acordo bom para trás mas ruim para a frente", resumiu o economista, reconhecendo que o acerto brasileiro incorpora os pontos positivos das negociações realizadas por outros países, mas que trará pressões inflacionárias no futuro em função de a provisão de dinheiro novo ser muito pequena.

Entre os pontos positivos do acerto externo, Bacha destacou o fato de os desembolsos dos bancos credores estarem desatrelados do acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Apesar do ineditismo, o economista ressaltou, porém, que o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, já tinha feito essa recomendação em setembro do ano passado, na reunião anual do FMI.